

ARTIGO

Dos espaços associativos à luta por direitos: a experiência associativa entre os trabalhadores da Rocinha na década de 1930

From Associative Spaces to the Struggle Experience Among Workers in Rocinha In the 1930's

Mariana Barbosa Carvalho da Costa*

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO: Durante a década de 1930, diversos trabalhadores de baixa renda que se instalaram no *bairro operário* da Rocinha, situado na zona sul do Rio de Janeiro, protagonizaram um forte movimento associativo voltado para o lazer e a religiosidade. Em sentido oposto aos estudiosos que buscaram em associações de moradores de favela as suas formas de ação política, este artigo pretende compreender as lógicas próprias de atuação dos membros daquelas associações formadas pelos moradores da Rocinha. Trata-se de investigar como a experiência associativa protagonizada por tais sujeitos naquele momento pode ter alimentado a sua organização e mobilização, expressa na sua reivindicação por direitos para o conjunto de moradores locais. A intenção é demonstrar, a partir da análise de jornais, registros cartoriais e testemunhos orais, que essa experiência contribuiu para a construção de redes de solidariedade e a luta por sua cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhadores, Rocinha, associativismo, redes de solidariedade, cidadania.

ABSTRACT: During the 1930s, several low-income workers who settled in the working-class neighborhood of Rocinha, located in the south of Rio de Janeiro, led a strong associative movement aimed at leisure and religiosity. Opposite to the scholars who looked to favela residents' associations for their forms of political action, this article intends to understand the proper logic of action of the members of those associations formed by the residents of Rocinha. It is about investigating how the associative experience carried out by these subjects at that moment may have fed their organization and mobilization, expressed in their claim for rights for the group of local residents. The intention is to demonstrate, from the analysis of newspapers, notary registers and oral testimonies, that this experience contributed to the construction of solidarity networks and the struggle for their citizenship.

KEYWORDS: workers, Rocinha, associations, solidarity networks, citizenship.

*E-mail: marianabarbosaccosta@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0452-9895>

DOI: 10.22456/1983-201X.118930
Anos 90, Porto Alegre, v. 31 – e2024007 – 2024



Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY

Introdução

No dia 2 de outubro de 1935, o *Diário de Notícias* publicou uma matéria informando que o 2º Delegado Auxiliar do Distrito Federal, Dr. Dulcídio Gonçalves, apresentou ao capitão Filinto Müller, Chefe de Polícia no governo de Getúlio Vargas, “uma lista de clubes que há muito não dão o cumprimento devido às formalidades a que são obrigadas”. Segundo informou a autoridade policial, o Liberdade Foot-ball Clube, com sede social à rua Cinco n.229, situada na “localidade chamada Rocinha”, encontrava-se em situação irregular naquele ano. Junto a essa associação de futebol e outras congêneres da cidade, o Dr. Dulcídio Gonçalves incluía também em sua lista o “Esperança Foot-ball Clube, [localizado] na rua Dois, Estrada da Gávea”.¹ Em um momento conturbado da vida política do país, quando se articulavam medidas restritivas às liberdades públicas, tendo sido aprovada a primeira Lei de Segurança Nacional em abril do mesmo ano sob a justificativa de combater manifestações perturbadoras da ordem (PANDOLFI, 2003, p.32), a ação policial se voltava para o controle de diversos espaços de lazer formados por trabalhadores de baixa renda da cidade – em especial aqueles constituídos em bairros operários como a Rocinha, situado na zona sul carioca (COSTA, 2022, p. 28).²

Apesar da vigilância que associações recreativas como essas recebiam por parte da força policial, pouca foi a atenção dedicada a elas por parte da historiografia que trata das formas de organização protagonizadas pelos favelados do Rio de Janeiro durante a década de 1930, e mais especificamente da Rocinha no mesmo período.³ Em direção contrária a essa perspectiva, as associações de moradores de favela se tornaram objeto central das análises dos autores que produziram seus trabalhos ao longo da década de 1970 e início da década de 1980. A partir dessas experiências associativas protagonizadas pelos favelados cariocas, tais estudiosos procuravam compreender, em perspectiva histórica, os seus processos de mobilização e organização. Partindo da constatação de que as associações de moradores “tem desempenhado importante papel nas favelas do Rio de Janeiro”, Affonso Fortuna e João Paulo Fortuna afirmaram que estas ganhavam cada vez mais espaço em trabalhos recentes à época. Segundo os autores, essas organizações “surgiram espontaneamente da união de residentes em favelas que procuravam alcançar melhoramentos e defender interesses próprios das comunidades” (FORTUNA; FORTUNA, 1974, p. 103). Dada a visibilidade das associações de moradores de favela naquele período, momento que estas se afirmavam como espaço de articulação entre a população favelada na luta por seus direitos e como canais de negociação com o Estado, aquelas agremiações passavam a figurar nas análises acadêmicas do período como um espaço privilegiado de sua organização e luta por interesses e objetivos comuns (LIMA, 1989).

Não por acaso mais recentemente grande parte da produção no campo de história urbana que estuda as favelas cariocas centrou-se primordialmente na investigação de tais espaços associativos e as suas formas de mobilização e luta. Esta ênfase se manifesta, de modo especial, nos estudos relativos à segunda metade da década de 1940 – quando surgem diversos comitês populares democráticos nas favelas, estimulados pela militância comunista em meio ao breve período de legalidade do Partido Comunista Brasileiro. E naquelas que se voltavam para as décadas de 1950 e 1960, momento apontado por tais estudiosos de maior ebulição das disputas e embates travados pelos favelados contra as ações de despejo acionados por proprietários de terras e pelo Estado, em que se destaca a atuação da União dos Trabalhadores Favelados criada em 1954 (GONÇALVES, 2013; OLIVEIRA, 2014; PESTANA, 2016).

Ao não considerarem diversas outras associações formadas por muitos sujeitos que se envolviam cotidianamente com as suas atividades, os pesquisadores que se voltaram para o estudo das formas de organização e atuação dos favelados da cidade acabaram por fazer das associações de favela os espaços privilegiados de luta por direitos e cidadania entre os trabalhadores desses núcleos de moradias. Em tais perspectivas, a atuação desses sujeitos é compreendida a partir de uma concepção que implicou em entender a sua mobilização como mais eficaz e organizada através das associações que, nessa visão,

representavam efetivamente os seus interesses. Como resultado, as associações de moradores que se voltavam para a defesa explícita das suas causas e enfrentamentos sociais de forma direta – em especial nas questões relativas às ações de despejo, regularização de terras e aquelas relacionadas à conquista de serviços básicos para sua população – se consolidaram como espaço associativo privilegiado de ação dos moradores de favela no Rio de Janeiro. Em consequência, tais autores acabaram por ignorar outros modos pelos quais esses sujeitos, em diferentes momentos históricos, constituíram suas formas de organização e mobilização. Afirmava-se com isso um caminho de análise na historiografia que acabou por desconsiderar outras formas de associativismo protagonizadas por esses indivíduos, como aquelas de cunho recreativo.

Na contramão dessa concepção, no entanto, os trabalhos mais recentes que elegeram como objeto de estudo diferentes espaços associativos formados por trabalhadores, em particular na Primeira República, nos indicam outros caminhos de reflexão.⁴ Embora trate de uma realidade de todo distinta daquela da Rocinha, estes trabalhos investigaram o universo recreativo destes sujeitos, a partir de suas experiências e formas de sociabilidade cotidianas – de modo a tentar entender uma dimensão pouco explorada do processo de articulação de seus laços identitários, como no caso em particular de classe, raça e gênero. Demonstraram, assim, como tais espaços de sociabilidade recreativa ajudaram, nos contextos que analisam, a articular as diferenças e proximidades desses sujeitos no processo de construção de identidade e solidariedade entre eles. Ao enfatizarem as práticas de lazer desses sujeitos sem julgá-la por critérios políticos exteriores à sua experiência, apontam para o caráter parcial das imagens construídas para eles no período pela imprensa e por autoridades policiais, que não chegavam a entender a lógica e os sentidos de sua ação política (BATALHA, 1999a; ARANTES, 2015; PEREIRA, 2017; CASTELLUCCI, 2010; PEREIRA, 2020). A partir dessas contribuições, é possível seguir uma pista para investigar as experiências próprias aos espaços associativos formados pelos trabalhadores da Rocinha na década de 1930.

É seguindo este caminho de investigação que se pode compreender com mais densidade casos como o dos clubes recreativos da Rocinha, que, em meados da década de 1930, eram alvo do esforço de controle policial. Acompanhar as experiências vivenciadas por trabalhadores da Rocinha em seus espaços associativos durante a década de 1930 se mostra um caminho privilegiado para investigar o processo de articulação dos laços de solidariedade entre os moradores ali estabelecidos em um período que antecede sua participação nas lutas protagonizadas pela União dos Trabalhadores Favelados na segunda metade da década de 1950, ou mesmo a criação de uma associação de favela na Rocinha, ocorrida apenas na década de 1960. Sem negar a importância de tais iniciativas, trata-se de buscar nas décadas anteriores os fios através dos quais elas puderam ser tecidas – em um caminho que tenta entender este processo a partir da experiência de seus próprios protagonistas. Para isso, cabe, em um primeiro momento, caracterizar o movimento associativo protagonizado por habitantes da Rocinha durante a década de 1930, longe ainda do caráter unitário das associações que se propuseram representar os interesses dos seus moradores como um todo nas décadas posteriores – pois é a partir dele que podemos apontar para as formas de articulação entre os moradores da localidade, que se configurava através dos diferentes espaços associativos criados e frequentados por eles.

Entre jogos, bailes e rezas

A atenção dedicada pelo 2º Delegado Auxiliar do Distrito Federal à falta de licença de funcionamento de pequenas associações recreativas situadas na Rocinha não era, naquele momento, casual. Como explicava o autor da notícia que fazia referência ao caso, tal ação era decorrente do descaso das autoridades policiais, ao longo dos anos anteriores, em relação às determinações do decreto n. 16.590, de 10 de dezembro de 1924, que definia o regulamento das casas de diversões públicas do Distrito

Federal. Segundo constava na matéria, este estipulava, em seu artigo 1, a “classe de clubes” que estariam “sujeitos, em face do mesmo artigo 1, ao pagamento de uma licença especial” – o que não teria sido efetivamente observado por muitos desses clubes sem que a força policial se preocupasse em constrangê-los ao pagamento da licença. Ao denunciar a aplicação pouco efetiva da lei, o jornalista do *Diário de Notícias* indicava que esses clubes já estariam em situação irregular por um longo período, justificando-se por isso a ação repressiva naquele contexto político.

A preocupação expressa no ofício da autoridade policial parecia se ligar à força que essas associações alcançavam naquele momento entre os habitantes de localidades como a Rocinha. D. Guilhermina, que pouco tempo depois de se instalar ali, em 1927, trabalhou como operária tecelã da fábrica Carioca, situada no Jardim Botânico – então bairro fabril próximo ao núcleo de moradias da Rocinha –, nos fornece uma pista de investigação em seu depoimento: “(...) O Clube Carioca era atrás da Fábrica, era um barracão grande do tamanho das Sendas (supermercado). Ali que nós fazíamos farra, ali que a gente dançava. Aqui não tinha nada. Aqui era neutro. O pessoal tudo se arrumava se vestia, ia pra rua, ia lá (...)” (SEGALA, 1983, p. 43). Ao rememorar os momentos de lazer no Clube Musical Recreativo Carioca (C.M.R.C.), ainda nos anos iniciais de moradia na Rocinha, D. Guilhermina mobilizou uma dimensão de sua experiência como moradora da localidade associada ao seu trabalho na fábrica Carioca e aos espaços associativos formados pelos empregados da própria companhia.⁵ Seguindo essa mesma lógica, ela atribuiu centralidade ao clube como um dos espaços principais de lazer dos moradores da própria Rocinha, construindo a representação de vazio e neutralidade em relação a tais práticas associativas naquele território. Ao destacar o C.M.R.C. como um dos espaços principais de sua diversão, ela nos fornece um indício de que uma parte importante do lazer dos próprios moradores da Rocinha se ligava ao desenvolvimento industrial vivenciado na região durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (COSTA, 2014a).⁶

De fato, o próprio C.M.R.C., que estabeleceu a sua sede à Estrada D. Castorina n. 100 (atual rua Pacheco Leão), foi fundado em 1895 em meio a esse processo. Tratava-se da primeira associação voltada para atividades musicais e recreativas da área, afirmando-se nos anos seguintes como um dos espaços de lazer preferenciais dos operários fabris. Era o caso também do Carioca Foot-ball Clube, formado por empregados da mesma fábrica em 1907. Em 1933, o Carioca F. C. se fundiu ao Gávea Sport Clube, adotando a partir desse momento a denominação de Carioca Sport Clube.⁷ Durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram criadas diversas outras associações do mesmo tipo que tinham sua sede nos próprios bairros da Gávea e do Jardim Botânico (COSTA, 2014a). Explica-se, assim, os motivos que levaram muitos daqueles operários das fábricas têxteis instaladas em tais bairros que estabeleceram residência na Rocinha nas décadas de 1920 e 1930, como a própria D. Guilhermina, a compor o quadro social de associações criadas no entorno desses estabelecimentos fabris, como o próprio C. M. R. C. décadas depois de sua fundação.⁸

Entretanto, o próprio depoimento de D. Guilhermina sugere que no espaço identificado à Rocinha começavam a se organizar iniciativas semelhantes. É o que ela lembrava ao tratar de outros meios de diversão dos trabalhadores instalados ali no período voltados para a prática esportiva. Ao rememorar os momentos de lazer vivenciados na Rocinha, D. Guilhermina contou que: “O divertimento que tinha no domingo era o futebol”. Ela chegou a destacar o Liberdade F. C. e o Esperança F. C. como times locais que realizavam eventos esportivos aos domingos cujo objetivo era proporcionar momentos de lazer para os moradores da Rocinha (SEGALA, 1983, p. 44). De fato, tais associações futebolísticas criadas por esses sujeitos estavam em plena atividade na primeira metade da década de 1930, e os seus membros organizavam com frequência eventos protagonizados por trabalhadores da região. Como era de praxe nos grandes jornais que noticiavam diariamente suas colunas esportivas, o *Diário Carioca* publicou uma pequena nota em 8 de abril de 1934, na qual os clubes “Liberdade” e o

“Esperança”, ambos com sede na Rocinha, mandaram divulgar que neste dia realizariam um “encontro dos primeiros e segundos quadros dos clubes acima” na “estrada da Gávea”.⁹

A atividade esportiva não era, porém, a única que despertava a atenção dos habitantes da Rocinha naquele momento. Outro tipo de espaço associativo que interessou tais sujeitos durante a década de 1930 eram aqueles voltados para as práticas e crenças religiosas. Era o caso, por exemplo, da Irmandade de São João da Rocinha, situada na Estrada da Gávea e uma das primeiras associações desse tipo formadas na localidade ainda nos anos iniciais de conformação do seu território.¹⁰

O fenômeno associativo não era, evidentemente, restrito à Rocinha durante o período. Por toda a cidade formavam-se, naqueles anos, clubes, sociedades e grupos com finalidade semelhante – constituindo um movimento mais amplo entre a população no Rio de Janeiro. É o que podemos notar através de diversas notas publicadas nos jornais cariocas e pela expressiva quantidade de estatutos registrados em cartório por tais clubes, em especial aqueles referentes ao Distrito da Gávea – área que abrangia, além da Rocinha, os bairros do Jardim Botânico e da Gávea.

De fato, no momento em que D. Guilhermina chegava à Rocinha tais agremiações precisavam obedecer às regras definidas pelo Decreto presidencial n. 18.542, de 24 de dezembro de 1928, que fixava o “regulamento para execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil”. Em seu Artigo 129, este determinava que essas sociedades civis deveriam realizar o registro de pessoa jurídica de direito privado através do registro do seu estatuto em cartório e publicação no Diário Oficial. O decreto definia também que essas deveriam solicitar um requerimento para obter sua licença junto ao Departamento de Polícia do Distrito Federal.¹¹ O 2º Delegado Auxiliar do Distrito Federal era responsável por fornecer os “pareceres” à chefatura de polícia que, por sua vez, concedia às licenças aos clubes, sociedades, casas de diversões públicas, etc..¹²

Como resultado, é possível acompanhar a institucionalização de várias sociedades recreativas que, deixando de lado a informalidade, registravam-se frente ao poder público. Para além dos registros policiais, muitas delas passam a aparecer na documentação cartorial do 1º, 2º e 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, guardados no acervo *do Arquivo Nacional*.¹³ A partir das notícias de jornal e dos registros cartoriais é possível identificar pelo menos sete associações que conservavam sua sede na Rocinha durante a década de 1930, das quais cinco eram espaços voltados para o lazer dos seus moradores: Liberdade F. C., com sede à rua Cinco, número 229, situado na “localidade chamada Rocinha”, em atividade desde 1930; Esperança F. C., em atividade no ano de 1933, cuja sede estava fixada “na rua Dois, Estrada da Gávea”; Fortaleza de São João Clube, em atividade no mesmo ano, encontrava-se à Estrada da Gávea; Clube Estrela, provavelmente em atividade em 1934; Santa Cruz Foot-ball Clube, localizado à Estrada da Gávea, criado em 1938. Já dentre as associações de caráter religioso constava a Irmandade São João da Rocinha, em funcionamento pelo menos desde 1931, e a União Espírita de São Sebastião, com sede à Estrada da Gávea, formada em 1936.¹⁴

Além destas associações com sede na Rocinha, aparecem ainda diversas outras associações do Distrito da Gávea que mantinham em seu quadro social moradores da localidade no mesmo período. É o caso, por exemplo, dos já mencionados C. M. R. C., localizado à rua Pacheco Leão; Carioca Sport Clube, com sede à rua Jardim Botânico; e Jardim Foot-ball Clube, com sede à rua Marquês de São Vicente, criado durante as duas primeiras décadas do século XX.

Chama a atenção nesses dados a força assumida durante a década de 1930 pelo associativismo recreativo entre os trabalhadores de baixa renda que habitavam a Rocinha, que só passava a ser reconhecida como tal a partir do final da década de 1920 (COSTA, 2020). Desse modo, o interesse de indivíduos como D. Guilhermina por essas associações se ligava à “farra” associadas a elas, que apontava para um convívio que fugia à dura rotina de trabalho – em entendimento que serviria também, por outros caminhos, para o conforto espiritual e para as redes de solidariedade decorrentes do associativismo religioso.

Frente à força assumida por tais associações religiosas, esportivas e dançantes, é possível notar que o movimento protagonizado por moradores da Rocinha mostrava-se, assim, fundamental na experiência desses sujeitos que formavam o núcleo de moradias no início da década de 1930. Em um local de formação recente como a Rocinha, diversos indivíduos que se estabeleceram ali naquele momento buscavam tecer novas redes de sociabilidade através da formação de seus espaços associativos – mesmo que não anulasse suas diferenças e conflitos.¹⁵ Resta investigar como esse processo pode ter alimentado a mobilização e luta dos trabalhadores residentes na Rocinha, expressa na reivindicação de direitos e serviços básicos – de modo a compreender uma dimensão do processo que forjou, ao mesmo tempo, redes de solidariedade mais amplas entre os seus habitantes no período.

Dos espaços associativos às redes de solidariedade e a conquista de cidadania

No dia 24 de janeiro de 1935, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* publicaram uma nota informando que o Centro Cívico da Gávea havia se reunido no dia anterior em sua sede, situada no próprio bairro. Naquela ocasião, a associação deliberou: “convidar todas as organizações locais para uma reunião no próximo dia 25, afim de ser delineado um movimento em pró do calçamento da rua D. Castorina e de uma escola primária para a Rocinha”.¹⁶ Chama a atenção que a entidade cívica deliberasse na reunião uma medida que buscava acolher diferentes demandas dos trabalhadores de baixa renda da Rocinha, e de maneira mais ampla dos bairros vizinhos, como no caso do calçamento da rua D. Castorina, onde estava localizada a fábrica Carioca e diversas habitações operárias. Era assim, buscando atender essas demandas específicas daqueles trabalhadores, que o Centro Cívico da Gávea procurou atuar nessa ocasião junto às associações formadas por aqueles indivíduos.

Criado após o movimento de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas a assumir a presidência do país, o Centro Cívico da Gávea era um dos muitos núcleos formados por lideranças do movimento tenentista e seus aliados civis que surgiram em diversos Estados da federação, cujo objetivo era apoiar o Governo Provisório e garantir a implementação de suas propostas naquele momento (GOMES e ALBERTI, 2012). Um de seus fundadores, que inclusive ocupava o cargo de presidente da organização cívica naquele ano de 1935, era Amoacy Niemeyer. Membro de uma família abastada da capital federal que foi proprietária de extensas porções de terras no então arrabalde da Gávea ainda no início do século XX, Amoacy Niemeyer destacou-se na política local ao apoiar o movimento de outubro de 1930.¹⁷ Com essa finalidade, em 1931, o Centro Cívico da Gávea organizou uma “grande manifestação operária” junto a outras associações erradicadas nos bairros da Gávea e do Jardim Botânico e formadas em sua maioria por empregados das fábricas têxteis da região.¹⁸ O evento era promovido em homenagem aos Srs. Adolpho Bergamini e Lindolfo Collor – respectivamente, o primeiro interventor no Distrito Federal nomeado por Getúlio Vargas e o chefe do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Àquela altura, o Centro Cívico da Gávea e o seu presidente Amoacy Niemeyer figuravam em vários eventos promovidos cotidianamente por tais espaços associativos ainda nos primeiros anos da década de 1930. Era o caso, por exemplo, de um festival esportivo realizado em 1934, organizado em homenagem ao Centro Cívico da Gávea, no campo do Jardim F. C., à rua Marquês de S. Vicente n. 173. Entre os diversos clubes da região confirmados para participar do evento, constava o nome do Liberdade F. C., com sede na Rocinha, que enfrentaria o Sport Clube Tijuca. Era o caso também do Clube Estrela – provavelmente a mesma associação com sede na Rocinha mencionada por D. Guilhermina – (SEGALA, 1983, p. 44), que disputaria uma partida contra o São Vicente F. C. Naquela ocasião, Amoacy Niemeyer ofereceu 12 medalhas de prata para aqueles que terminassem o campeonato em 1º lugar.¹⁹

Não se tratava de um episódio isolado. Em outras ocasiões, o Centro Cívico da Gávea também atuava junto aos trabalhadores da região na reivindicação por melhores serviços básicos, envolvendo nessas lutas suas instituições associativas. Era o caso, por exemplo, de outra nota publicada no *Jornal do Brasil* em 1935:

O Centro Cívico da Gávea acaba de entrar em entendimento com várias agremiações locais, afim de ser instalados postos de emergência com assistência médica para os doentes de gripe. Assim, vem esta instituição colaborar para o debelamento do surto gripal que está infestando à cidade.²⁰

Se, àquela altura, o Centro Cívico da Gávea junto às associações se mobilizava em momentos pontuais para reclamar maior atenção de serviços públicos na região, como no caso em particular da instalação de um posto de emergência médica por ocasião de um surto gripal na cidade, a campanha em favor da inauguração de uma instituição de ensino na Rocinha divulgada no *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* naquele mesmo ano se desdobrou em um verdadeiro “movimento”, mobilizando nos meses seguintes os dirigentes da entidade cívica e os moradores da localidade.

Iniciando essa empreitada, o *Correio da Manhã* voltou a publicar alguns dias depois outra nota intitulada “Melhoramentos para a Gávea”:

No intuito de pleitear calçamento para a Estrada D. Castorina e a escola da Rocinha, reuniram-se ontem, na rua Jardim Botânico n.586, sede da Associação dos Empregados da Fábrica Corcovado, as diretorias das seguintes organizações locais: Centro Cívico da Gávea, Clube Musical Carioca, Consórcio dos Operários em Fábricas de Tecidos da Gávea, Associação dos Empregados da Fábrica Corcovado, Irmandade São João da Rocinha, Carioca S. Clube, Sociedade Beneficente José da Cruz, Yolanda F. Clube, Jardim F. Clube, Liberdade F. Clube e Clube Carnavalesco Prazer das Morenas deliberaram solicitar uma audiência ao interventor Pedro Ernesto, afim de obterem a execução das obras acima relacionadas e já prometidas reiteradamente.²¹

O *Diário de Notícias* publicou uma nota idêntica no dia seguinte, reproduzindo a mesma lista de associações e reiterando aquelas reivindicações – na indicação de que se tratava de um comunicado entregue pelas próprias agremiações aos diferentes jornais cariocas.²² Desse modo, a iniciativa de procurar a redação dos periódicos se constituía em uma importante estratégia de ação em favor dos interesses comuns aos membros dessas associações. Valendo-se, assim, da própria possibilidade de dar visibilidade às suas causas, tais sujeitos conquistavam importantes aliados na sua luta.

Por outro lado, a pequena nota elaborada por tais associações direcionava suas reivindicações ao então Interventor do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Poucos meses antes, ele havia sido eleito prefeito da cidade, após campanha na qual o Distrito da Gávea se tornou para ele um importante reduto eleitoral. Não se trata de um acaso, pois durante aquela que foi a primeira eleição realizada após a promulgação da nova Constituição, que instituía o voto direto e universal, o Centro Cívico da Gávea protagonizou uma intensa campanha na área em favor da legenda Pedro Ernesto, lançada pelo Partido Autonomista em 1934. Era o caso, por exemplo, de uma nota publicada em uma folha carioca pela entidade cívica que dizia: “Eleitores da Gávea, não vós deixeis enganar. Votai por aqueles que defendem os vossos interesses. Votai na legenda ‘Pedro Ernesto Baptista’”.²³ A atuação do Centro Cívico na campanha não se restringiu às notas divulgadas nos jornais cariocas, clamando os eleitores da Gávea a votarem no Interventor. Ao buscar intensificar a propaganda eleitoral na região, o Centro Cívico atuou junto aos trabalhadores do Distrito da Gávea através de seus espaços associativos naquele pleito. Era o que

especificava outra nota publicada no *Jornal do Brasil*, afirmando que a entidade pretendia “Enviar comissões para percorrerem todas as associações locais; (...)”.²⁴

Em um indício que explicitava a importância dos eleitores associados em clubes como estes no pleito daquele ano que elegeu Pedro Ernesto como prefeito do Distrito Federal, o *Jornal do Brasil* anunciou que o Centro de Alistamento Eleitoral, com sede à rua Lopes Quintas n.42, realizaria uma “empolgante e animada festa” nos salões do Carioca Sport Clube em comemoração à vitória no último pleito do Partido Autonomista.²⁵ Poucos dias depois era a vez do Jardim F. C. promover dois grandiosos bailes em homenagem ao Centro Cívico da Gávea, apontando mais uma vez para o papel dos espaços associativos formados por trabalhadores da região nos recentes acontecimentos políticos eleitorais no país.²⁶

Além disso, Pedro Ernesto destacou em sua campanha a instrução da população pobre no Distrito Federal, tornando-se um dos pontos centrais do programa do Partido Autonomista – que defendia a implementação do ensino primário gratuito e obrigatório. O próprio interventor direcionou investimentos na área, nomeando como diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal o reconhecido intelectual e educador Anísio Teixeira. E ainda inaugurou diversas instituições de ensino na cidade naquele momento (GOMES; ALBERTI, 2012).

Dessa forma, os membros dos clubes formados por indivíduos de poucos recursos que residiam na Rocinha e por operários dos bairros vizinhos apoiavam candidatos que se associavam às aspirações mais amplas de muitos desses trabalhadores, cuja base se amparava em interesses comuns aos sócios que integravam tais associações. Por essa lógica, ainda que em janeiro de 1935 Pedro Ernesto não tivesse tomado posse do cargo, o que ocorreria somente em abril desse mesmo ano, tais indivíduos afirmavam a legitimidade de suas aspirações junto à autoridade ao “solicitar uma audiência ao interventor” – cujo objetivo era o de pleitear a atuação pública na Rocinha e na Estrada D. Castorina. Tais medidas poderiam inclusive ter sido objeto de campanha na região, como indica a afirmação de que eram “já prometidas reiteradamente”.

De fato, a reivindicação dos moradores da Rocinha quanto à instalação de uma escola no local em 1935 parecia se constituir em um problema para os seus habitantes naquele período. É o que podemos notar através do testemunho de D. Guilhermina, que, ao rememorar sua infância na Rocinha, constata a carência de instituições de ensino escolar para os seus habitantes: “Então nós fomos criados assim feito bicho, não tinha conforto nenhum, ligação nenhuma. A escola nossa era particular. Quando eu já tinha uns oito anos que D. Augustinha, uma italiana, veio pra cá ensinar escola. Foi onde eu aprendi até o curso primário, até o terceiro ano” (SEGALA, 1983, p.42).

Diante dessa situação, não é de se estranhar que a ausência de instituições de ensino escolar na Rocinha fosse um problema identificado por seus habitantes mesmo alguns anos antes da campanha de 1935. O *Diário da Noite* estampou na coluna “Queixas e sugestões”, em 1931, a reivindicação dos moradores da “estrada da Gávea”, que solicitavam providências para a falta de uma instituição de ensino primário na área, pois, segundo informava a nota, “nesse bairro de operários, mais de 300 crianças se acham sem instrução”. O articulista indicava ainda que a “escola poderia ficar na Chácara da Rocinha”, em um indício de que escolas voltadas para o ensino infantil era uma questão particularmente importante para os moradores da própria localidade da Rocinha.²⁷ Se compararmos o número de crianças que necessitavam de ensino escolar em 1931, cuja estimativa era de “mais de 300 crianças”, aos dados contabilizados em 1935 de “cerca de cinco mil crianças”, esse quadro se agrava.²⁸ Ainda que se tratasse de dados imprecisos, é possível notar que houve no período o aumento da demanda desse serviço na Rocinha expresso na própria perspectiva de seus habitantes do significativo crescimento de crianças, o que deve ter motivado esses sujeitos a retomarem a campanha em 1935, voltando a pleitear esse serviço. Desse modo, a campanha em favor da inauguração da escola começou a tomar maiores

proporções a partir dos interesses dos próprios trabalhadores da Rocinha, como sugere o depoimento da D. Guilhermina e a nota publicada no *Diário de Noite* alguns anos antes.

Ainda assim, como mostrava a matéria publicada nas folhas cariocas em janeiro de 1935, aqueles sujeitos reivindicavam a escola primária a partir de sua articulação por meio de diferentes espaços associativos formados em geral por trabalhadores de baixa renda da própria Rocinha e dos bairros vizinhos. A partir desse momento, portanto, a luta de tais sujeitos para obter esse serviço não se restringiu ao Centro Cívico da Gávea, sugerindo a força do “movimento” entre os seus habitantes que se envolveram na campanha através de diferentes espaços associativos formados por eles. Isso porque, ainda que “todas as organizações locais” não tivessem assinado o documento em prol da inauguração de uma escola na Rocinha e do calçamento da rua D. Castorina, como pretendia de início o Centro Cívico da Gávea, um conjunto bastante variado e expressivo de espaços associativos manifestou interesse pela causa. Cabe, portanto, traçar um breve perfil das associações que assinaram o documento junto à instituição cívica.

Era o caso da Associação dos Empregados da Fábrica Corcovado, que mantinha a sua sede social à rua Jardim Botânico, endereço também da própria indústria têxtil, e da Sociedade Beneficente José da Cruz, criada em 1902, cuja sede estava fixada na mesma via. Ambas as associações eram formadas por operários da fábrica Corcovado, cuja finalidade era o auxílio mútuo para os seus sócios (COSTA, 2014a). Já dentre as associações voltadas para o lazer dos moradores da Rocinha e dos bairros vizinhos, constava o C. M. R. C., com sede à rua D. Castorina; o Carioca Sport Clube, à rua Jardim Botânico; e o Jardim F. C., cuja sede ficava na rua Marquês de São Vicente, todos em localidades próximas à Rocinha. Dentre as associações situadas na própria localidade, assinavam o documento o Liberdade F. C., e a Irmandade São João da Rocinha. Em relação ao Yolanda F. C., que também assinou a nota em 1935, é possível destacar que o clube participou de um festival em 1930, promovido pelo Clube de Regatas Lage (formado por operários da fábrica Corcovado), no qual estiveram presentes diversas outras associações formadas por trabalhadores da região.²⁹ Na ocasião, o Yolanda F. C. enfrentou o time do Liberdade F. C., apontando assim para o fato de que se tratava de um clube erradicado no Distrito da Gávea.³⁰ Já a Federação Náutica da Lagoa Rodrigo de Freitas, que também assinou o documento, foi fundada em 1928 e conservava sua sede social à rua Jardim Botânico.³¹ Mesmo no caso de instituições que assinaram o documento sem que tivessem uma ligação mais explícita com a Rocinha, fica evidente que o fizeram pela proximidade com os interesses dos trabalhadores ali estabelecidos naquele momento. Era o caso do Clube Carnavalesco Prazer das Morenas, que mesmo tendo sede em Botafogo era caracterizado pelo *Jornal do Brasil* como “o querido grêmio da rua Jardim Botânico”.³²

Interessa destacar que diferentes associações estiveram representadas nas notas publicadas em 1935, na qual reivindicavam a inauguração da escola primária na Rocinha e o calçamento da rua D. Castorina. Contudo, a possibilidade de atuação conjunta dessas associações em favor de diferentes causas e interesses comuns aos seus sócios era forjada a partir da própria experiência associativa compartilhada por tais sujeitos naquele momento. Era o caso, em particular, do interesse em atividades de lazer voltadas para a prática do futebol e dançante que construía um movimento associativo capaz de reunir membros de diferentes clubes da Rocinha e da região no seu cotidiano. É o que deixa entrever o testemunho de Inácio de Almeida, que se estabeleceu ali em 1933, ao destacar que o Esperança F. C. e outros clubes eram “muito relacionados com idênticos clubes do Leblon e da rua Marquês de São Vicente” (SEGALA, 1983, p. 35).

De fato, encontros como esses mencionados por seu Inácio de Almeida não eram incomuns no dia a dia dos trabalhadores da Rocinha e dos bairros vizinhos. No dia 22 de agosto de 1930, por exemplo, o jornal *A Batalha* divulgou uma pequena nota anunciando que os sócios do Jardim F. C. promoveriam um “grandioso festival esportivo” em seu campo à rua Marquês de S. Vicente no domingo seguinte.

Segundo informava a nota, o clube pretendia organizar um festival que contava com a presença de diversas associações que se enfrentariam em quatro partidas de futebol. Entre os clubes confirmados constava o próprio Liberdade F. C., que disputaria a prova de honra com o Combinado Jardim.³³ Três anos depois o *Jornal dos Sports* noticiou que o Leblon F. C. realizaria um festival esportivo em seu campo, que estava localizado à avenida Visconde de Albuquerque. Segundo a nota, entre as equipes confirmadas no evento constava o Esperança F. C. e o Liberdade F. C., ambos com sede na Rocinha.³⁴ Tais notas veiculadas nos jornais do período sugerem que os trabalhadores residentes na localidade participavam com frequência de eventos organizados por outras associações situadas nos bairros vizinhos ainda nos primeiros anos da década de 1930. Como resultado desse processo era consolidada uma rede associativa que ligava esses diferentes clubes através de suas experiências compartilhadas, o que nos ajuda a compreender a própria possibilidade desses sujeitos se articularem em defesa de dois objetivos distintos em 1935, como no caso em particular da instalação da escola na Rocinha e do calçamento da rua D. Castorina.

Ainda assim, não se tratava de um mero acaso o fato de que tais associações tivessem pleiteado de início essas duas reivindicações específicas. A possibilidade de atuação conjunta dos trabalhadores da Rocinha e das áreas adjacentes ao núcleo de moradias também era forjada em outros momentos de sua experiência comum. Isso porque muitos daqueles que trabalhavam na fábrica Carioca, localizada à rua D. Castorina, eram moradores da Rocinha, como no caso já mencionado da D. Guilhermina. É possível perceber, nesse sentido, como a Rocinha estava inserida no espaço urbano a partir de uma lógica que não isolava os seus habitantes dos trabalhadores de baixa renda estabelecidos na região nos anos iniciais da década de 1930 – o que, em última análise, tornava possível que eles se articulassem para pleitear melhoramentos em áreas relativamente distantes espacialmente, como à rua D. Castorina e a Rocinha. Além disso, o fato de que fizessem essas duas reivindicações sugere também que esses indivíduos vivenciavam naquele momento experiências compartilhadas de carências de serviços básicos e problemas urbanos, pleiteando assim melhoramentos para ambos.

Poucos dias depois era publicado um comunicado no *Jornal do Brasil* no qual se informava que, pelo menos a reivindicação dos moradores da Rocinha, enfim teria uma solução:

Hoje visitarão o importante bairro da Rocinha, situado na Gávea, elementos da diretoria da Cruzada, acompanhados dos diretores do Centro Cívico da Gávea, e do dr. Alberto Ribeiro, diretor do Asilo São Francisco de Assis.

Trata-se da instalação de mais uma escola reclamada pelos moradores locais, que desejam amparar inúmeras crianças em idade escolar.

Podemos adiantar que a inauguração se fará no dia 11 de março, às 17 horas, ficando sob o patrocínio daquela benemérita instituição”.³⁵

Embora não partisse das autoridades públicas do Distrito Federal a iniciativa para atender à reivindicação quanto à instalação da escola, os moradores da Rocinha viam suas aspirações concretizadas pela Cruzada Nacional da Educação. A instituição foi fundada em fevereiro de 1932 em uma sessão solene no edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, que inclusive designou um representante para o evento. Àquela altura, a instrução escolar era um tema central nos debates sobre a Nação e a cidadania, momento em que o próprio Ministério era criado em 1930 como um dos primeiros atos do Governo Provisório. Afirmava-se, ao mesmo tempo, a ideia de que o analfabetismo era um problema nacional, o que levou algumas organizações civis a defenderem que o ensino deveria ser estendido ao conjunto de brasileiros (GOMES; ALBERTI, 2012). Nesse cenário, a Cruzada Nacional da Educação foi idealizada pelo Dr. Gustavo Ambrust, que, na ocasião de sua fundação, salientou que a iniciativa

pretendia “apagar uma mancha que nos degrada e avilta – O Analfabetismo”. Em sentido semelhante, no estatuto da associação constava como seu objetivo principal “concorrer por todos os meios ao seu alcance, inclusive interceder junto aos poderes públicos, propagar e estimular a necessidade urgente da alfabetização”.³⁶

A Cruzada Nacional da Educação era criada, assim, como uma forma de combater o analfabetismo disseminado entre a população pobre do Brasil que, nessa visão, representava uma mancha que degradava o país. A instituição civil buscou realizar uma intensa propaganda de difusão do ensino, dedicando-se à inauguração de escolas para adultos e crianças, mantidas com as contribuições de seus associados. A intenção de instalar uma escola na Rocinha era, portanto, parte da obra filantrópica da instituição no país a partir dos ideais dos seus membros de empreender uma verdadeira campanha de salvação pública através da Cruzada Nacional da Educação.

Ainda assim, era a partir de uma demanda forte e articulada dos trabalhadores da Rocinha que a Cruzada Nacional da Educação voltou a sua ação para o local naquele momento. Segundo o repórter da folha que anunciava a realização desse feito na Rocinha o presidente do Centro Cívico da Gávea, o Sr. Amoacy Niemeyer, e o Dr. Alberto Ribeiro, que à época era diretor do Asilo São Francisco de Assis, buscaram intermediar as negociações com “elementos da diretoria da Cruzada”. Interessa notar que, mobilizando influentes redes de apoio e proteção construídas através de seus clubes, os trabalhadores da Rocinha conseguiam que o Centro Cívico da Gávea e influentes figuras políticas locais se colocassem publicamente a favor de suas causas e demandas. Desse modo, eles conseguiam também estender a sua influência à própria Cruzada Nacional da Educação, modo pelo qual chegaram a conquistar o seu objetivo de instalar a escola primária na localidade.³⁷

Poucos dias depois do anúncio de que a Cruzada Nacional da Educação instalaria uma escola na Rocinha, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* publicaram uma pequena nota que divulgava a sua festa de inauguração:

A população da Rocinha, no distrito da Gávea, acaba de ver realizada uma das suas maiores aspirações de uma escola que funcionará na sede do Clube Liberdade, sobre o patrocínio da Cruzada Nacional de Educação. Para o ato da inauguração estão convidadas todas as associações da Gávea e autoridades.

Partirá às 15 ½ horas, da rua Jardim Botânico n.586, em automóveis, uma caravana de diretores do Centro Cívico da Gávea, Associação dos Empregados da Fábrica Corcovado, Consórcio Cooperativo dos Operários da Gávea, Federação Náutica da Lagoa Rodrigo de Freitas, Clube Musical Recreativo Carioca, Irmandade São João da Rocinha, Carioca S. Clube, Sociedade Beneficente José da Cruz, Clube de Regatas Piraquê, Jardim F. C., Yolanda F. C., Liberdade F. C. e Clube Carnavalesco Prazer das Morenas.³⁸

Ao destacar a importância da inauguração de uma instituição de ensino na Rocinha, o articulista reiterava que “uma das suas maiores aspirações” era finalmente concretizada, merecendo inclusive uma grande festa na ocasião. O evento contava com a presença de diversas associações que participaram desde o início dessa luta em uma árdua campanha que durou cerca de três meses. A nota publicada nos jornais cariocas que divulgava a comemoração indica, por outro lado, que o papel de tais espaços associativos nessa conquista não se restringia à reivindicação da escola para as crianças, já que a própria sede do “Clube Liberdade”, situada na localidade, abrigaria a escola. Interessa destacar que o caso sugere a centralidade do papel desempenhado cotidianamente por espaços como aquele na Rocinha. Desse modo, é possível notar que, antes mesmo da formação de uma associação de bairro ou favela, a mobilização e articulação dos moradores locais através desses espaços associativos já era um meio de constituição de suas redes de solidariedade e luta por direitos.

Não por acaso, ao ser instigado décadas depois a falar de suas primeiras lembranças na Rocinha, Ivens Guedes fazia questão de assinalar que “a primeira escola pública na Rocinha foi a Cruzada Nacional da Educação”, marcando esse acontecimento como parte da própria história da comunidade (SEGALA, 1983, p. 47).

Considerações finais

Durante a década de 1930, diferentes trabalhadores de baixa renda, que passaram a se estabelecer no então bairro operário da Rocinha, protagonizaram um intenso movimento associativo, em que se destacam as atividades voltadas para o lazer e a religiosidade.

Parte expressiva da historiografia, situados no campo de história urbana e história das favelas, elegeu como objeto de análise as associações de moradores de favela, em particular na década de 1950, para tentar compreender a ação política desses sujeitos, desconsiderando diversas outras formas de associativismo e lógicas próprias de mobilização.

Buscando contribuir para o debate sobre a relação dos espaços associativos e a agência dos trabalhadores favelados, este trabalho procurou compreender as lógicas próprias de atuação dos membros daquelas associações formadas pelos moradores da Rocinha. Como resultado, foi possível demonstrar que as experiências associativas protagonizadas por tais sujeitos naquele momento acabaram alimentando a sua organização e mobilização, expressas na reivindicação por direitos para o conjunto de moradores locais.

Ao protagonizarem um movimento, em particular, que visava a inauguração de uma escola na Rocinha em 1935, eles afirmaram redes de solidariedade dinâmicas entre os moradores ali estabelecidos e até mesmo de bairros vizinhos – em processo que, a partir de então, serviria de base para suas reivindicações de cidadania, que viriam a se expressar nos anos seguintes em novas lutas e desafios por eles enfrentados.

Referências

- ARANTES, Erika. A estiva se diverte. Organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX. *Revista Tempo*, Niterói, vol.21, n.37, 2015.
- BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, v.6, n. 10-11, p. 41-68, 1999a.
- BATALHA, Claudio H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006b.
- CATELLUCCI, Aldrin A. S. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)” In *Afro-Ásia*, N° 41, 2010, pp. 85-131.
- COSTA, Mariana. *A Rocinha em construção*. Curitiba: Editorial Casa, 2022.
- FORTUNA, Affonso A. P. e FORTUNA, João Paulo P. *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol.8, n.4, 1974.
- GOMES, Angela de Castro; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CPDOC, 2012.
- GONÇALVES, Rafael. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013.
- LIMA, Nísia. O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973). Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/ IUPERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1989.

OLIVEIRA, Samuel. 'Trabalhadores Favelados': identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional – estatismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

PEREIRA, Juliana. "Clubes dançantes e moralidades no Rio de Janeiro da Primeira República". (Dissertação de Mestrado) Niterói: UFF, 2017.

PEREIRA, Leonardo. *A Cidade que dança*. SP: Editora UNICAMP, 2020.

PESTANA, Marco. *A União dos Trabalhadores Favelados*. Niterói: Editora Eduff, 2016.

SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças: história e causos da Rocinha*. Rio de Janeiro: Editora Tempo e Presença, 1983.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALLADARES, Licia. Associações Voluntárias na Favela. *Revista Ciência e Cultura*, vol.29, n.12, 1977.

Notas

¹*Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1935.

²Em trabalho recente, Costa investigou o processo de formação histórico-social da favela da Rocinha em meio às dinâmicas de transformação do espaço urbano do Rio de Janeiro durante o início do século XX e os primeiros anos de 1930. Suas atividades econômicas e comerciais se mantiveram predominantemente rurais, tornando-se uma particularidade da região até o momento em que a empresa Castro Guidão & Cia., proprietária da fazenda da Rocinha que se localizava na Estrada da Gávea, passou a lotear e vender os terrenos em meados de 1920. Ao viabilizar o acesso à propriedade da terra na localidade para tais indivíduos, o empreendimento da companhia proporcionou uma acelerada ocupação naquele espaço por trabalhadores diversos, emergindo uma nova configuração espacial de sua ocupação, cuja aglomeração de habitações modestas passou a se destacar no cenário. A partir do final da década de 1920 a localidade começou a ser conhecida como Rocinha, consolidando o seu processo de invenção social e histórica como um *bairro operário* no início de 1930, longe ainda da imagem de favela a ela associada nos dias de hoje (COSTA, 2022).

³Em um dos poucos trabalhos que elegeu como objeto de estudo tais associações recreativas e a sua relação com os processos de mobilização e luta dos favelados, a socióloga Licia Valladares abordou o universo variado de “associações voluntárias” existentes nas favelas cariocas à época de produção do seu estudo, elegendo a Rocinha como exemplo central de sua análise (VALLADARES, 1977).

⁴Não se trata, porém, de uma novidade. As análises historiográficas que elegeram como objeto de estudo diferentes espaços associativos formados por trabalhadores, em particular aqueles que se referem ao ofício, constituem uma longa tradição de estudos, que inclusive tem se ampliado nas últimas décadas (BATALHA, 2006b, p. 89). Respondiam, com isso, novas perspectivas abertas ainda em 1963 pela obra do historiador inglês Edward Thompson, intitulada *A Formação da Classe Operária Inglesa*, na qual o autor afirma a necessidade de compreender o fazer-se da classe está, para ele, relacionado à afirmação de uma identidade entre esses indivíduos que é fruto de sua própria ação e experiência, articulando interesses comuns entre si frente a interesses de classe opostos. Thompson mostra como é a partir dos costumes, valores, crenças e ideias dos trabalhadores que toma por objeto que se pode entender os processos por eles patrocinados, em especial aqueles ligados à formação de redes de solidariedade e identidade (THOMPSON, 1987).

⁵Desse momento em diante, quando mencionado o Clube Musical Recreativo Carioca, utilizarei a sigla C.M.R.C.

⁶A partir do final do século XIX, a instalação de indústrias têxteis, começaria a mudar parte das características rurais predominantes na região. Nesse processo, destacou-se a fundação da fábrica Carioca, empreendimento da firma Bandeira Steele & Cia., em 1886. Cinco anos depois foi também inaugurada outra indústria do ramo, empreendimento da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado. Com a instalação dessas fábricas de tecidos na região, parte do território passou a assumir uma clara marca fabril no início do século XX (COSTA, 2020).

⁷*Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.27, ano 1935; *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 50; *Jornal do Brasil*, 2 de abril de 1902; *Correio da Manhã*, 2 de maio de 1909.

⁸Cabe destacar que a proliferação dos clubes na área se insere em um processo mais amplo na cidade, que ganhava força durante as primeiras décadas do século XX (PEREIRA, 2002).

⁹*Diário Carioca*, 8 de abril de 1934.

¹⁰*Correio da Manhã*, 25 de junho de 1931.

¹¹Coleção de Leis do Brasil - 1928, Página 630, Vol. 2 - Decreto nº 18.542, de 24 de dezembro de 1928.

¹²*Diário Carioca*, 17 de fevereiro de 1932.

¹³*Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, código de referência 66; 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, código de referência Livro K1; 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, código de referência 68.

¹⁴*Diário de Notícias*, 6 e 10 de setembro de 1930; 2 de outubro de 1935; *Jornal dos Sports*, 5 de julho de 1933; *Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1935; *Diário de Noite*, 19 de julho de 1933; *Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1934; *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1934; *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.60, ano 1938; *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1931; *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.43, ano 1936; *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1938.

¹⁵Para aprofundar as diferentes lógicas de formação desses espaços associativos na Rocinha e conflitos decorrentes dessa diversidade associativa, ver (COSTA, 2022).

¹⁶*Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1935; *Correio da Manhã*, 24 de janeiro de 1935.

¹⁷*Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1945.

¹⁸Estiveram presentes no “meeting” o Sindicato dos Operários residentes na Gávea, Cooperativa dos Operários da Gávea, Centro Cívico da Gávea, Associação dos Operários da América Fabril, Caixa dos Empregados do Jardim Botânico e Horto Florestal, Federação Náutica da Lagoa Rodrigo de Freitas, Clube de Regatas Piraquê, Clube Musical Carioca e Clube Chuveiro de Ouro. *Diário Carioca*, 22 e 28 de fevereiro de 1931.

¹⁹*Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1934; *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1934.

²⁰*Jornal do Brasil*, 29 de março de 1935.

²¹*Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1935.

²²*Diário de Notícias*, 31 de janeiro de 1935.

²³*Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1934.

²⁴*Jornal do Brasil e A Nação*, 10 de outubro de 1934.

²⁵*Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1935.

²⁶*Jornal dos Sports*, 16 de fevereiro de 1935; *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1935.

²⁷*Diário da Noite*, 11 de julho de 1931.

²⁸*Correio da Manhã*, 3 de fevereiro de 1935.

²⁹*O Jornal*, 23 de janeiro de 1934; *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.35, Estatuto de Pessoa Jurídica, ano 1935.

³⁰*Diário de Notícias*, 18 de junho de 1930.

³¹A federação foi criada por quatro clubes de regatas da área: o C. R. Jardimense; o C. R. Audax; o Gávea Sport Clube; e o Clube de Regatas Piraquê, que também esteve representado na nota divulgada nos jornais cariocas em 1935. *A Manhã*, 20 de outubro de 1928; *Gazeta de Notícias*, 17 de janeiro de 1935; *Almanak Laemmert*, ano 1934; *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1930.

³²*Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 1934.

³³*A Batalha*, 22 de agosto de 1930.

³⁴*Jornal dos Sports*, 5 de julho de 1933.

³⁵*Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1935.

³⁶*Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.13, ano 1932.

³⁷*Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1934.

³⁸*Diário de Notícias*, 8 de março de 1935; *Correio da Manhã*, 8 de março de 1935; *Jornal do Brasil*, 8 de março de 1935.

Submetido em: 30/09/2022

Aceito em: 02/01/2024